

“Revenue Assurance” e Antifraude
Marketing, Produtos e Serviços
“Startup” de Empresas
Coordenação de Equipas

Percurso Profissional

2013-2015 — Consultor em Sistemas de Informação e Telecomunicações
2012-2013 — Diretor-Geral — Startel — Operador de Rede Fixa em Angola
2009-2011 — Administrador, Diretor-Geral Adjunto e Diretor Executivo — Movicel — Operador Móvel em Angola
2004-2009 — Cofundador e Administrador da Forward, S. A. (Portugal/Brasil) — Empresa de Sistemas de Informação
2003-2009 — (em tempo parcial a partir de 2006) — Diretor de Sistemas de Informação da EPUL (Portugal)
2002 — Diretor de Garantia de Receita e Antifraude da TMN (Portugal)
1988-2002 — Diretor de Sistemas de Informação da Telesp Celular (Brasil, S. Paulo)
1995-1998 — Diretor de Sistemas de Informação da TMN (Portugal)
1990-1995 — Diretor de Negócios e, depois, Administrador Executivo da Marconi, SGPS
1983-1990 — Consultor nos CTT — Direção-Geral de Telecomunicações e, depois, Subdiretor do Consórcio Telepac
1978-1983 — Técnico Superior de Informática do Instituto de Informática do Ministério das Finanças

Formação

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica — Ramo de Telecomunicações e Eletrónica, pelo IST (Lisboa) em 1977
Programa de Alta Direção de Empresas (PADE), em 1996, pela AESE — Escola Superior de Negócios
Curso de Finanças Avançadas, em 1993, pela Universidade Católica de Lisboa

Idiomas

Português (Língua materna), Inglês, Francês, Castelhanos
209281518

Despacho n.º 1834/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, obtida que se encontra a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, designo como chefe do meu Gabinete a licenciada Elisabete da Costa Matos, Procuradora da República.

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem à data da designação, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

12 de janeiro de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados biográficos

Nome — Elisabete da Costa Matos
Data de nascimento — 12.05.1962
Naturalidade — Lisboa

Habilitações académicas

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Procuradora da República

Percurso profissional

Entre novembro de 2015 e 4 de janeiro de 2008, destacada na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL), na coadjuvação da Procuradora-Geral Distrital de Lisboa.

Entre 10 de dezembro de 2007 e 16 de fevereiro de 2007, designada pelo Procurador-Geral da República como sindicante aos Serviços de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa.

Entre 16 de fevereiro de 2007 e 18 de junho de 2002, exercício de funções no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, coadjuvação à Diretora do DIAP.

Entre 17 de junho de 2002 e 4 de março de 2002, em comissão de serviço como subinspetora-geral da Saúde.

Entre 3 de março de 2002 e 2 de novembro de 1994, em comissão de serviço como inspetora no Serviço de Auditoria e Inspeção (SAI) da Direção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Entre 1 de novembro de 1994 e 17 de junho de 1992, funções no DIAP de Lisboa.

De 28 de junho de 1992 e 18 de maio de 1992, funções na comarca de Ferreira do Alentejo.

De 18 de maio de 1992 e 28 de junho de 1991, funções na comarca de Alcácer do Sal.

De 28 de junho de 1991 a 1 de junho de 1990, funções na comarca de Celorico da Beira em acumulação com Fornos de Algodres, em primeira nomeação como delegada do Procurador da República.

Participação nos trabalhos relativos à elaboração das Fichas de Avaliação de Risco em Violência Doméstica, em projetos relativos a violência doméstica e violência sexual; acompanhamento de iniciativas no âmbito da Proteção Civil — Aeroporto, PTQUAKE 09, PEERS-AML; participação na alimentação da página pública da PGDL e do SIMP — Sistema de Informação do Ministério Público (2015, 2008). Participação nos trabalhos de preparação da Lei das Armas (2005) e nos trabalhos de preparação do Campeonato EURO 2004 na ótica da organização dos tribunais. Membro do Conselho Técnico da DGSP no quadro das funções no SAI.

209289643

Despacho n.º 1835/2016

Nos termos da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015, de 7 de janeiro, no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, delegeo no Inspetor-Geral dos Serviços de Justiça, licenciado Manuel Eduardo Matos Santa, a competência para apreciação da queixa apresentada por Manuel António Peixoto Dias contra a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, ao abrigo do preceituado no artigo 8.º, n.º 3, da Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro, e no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 46/2012, de 31 de julho.

22 de janeiro de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

209299266

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 1836/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete, Luzia Adelaide Rodrigues Pereira Pontes.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2016.

22 de janeiro de 2016. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedrosa*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: Luzia Adelaide Rodrigues Pereira Pontes
Data de nascimento: 23/08/1962
Naturalidade: Portuguesa, Concelho de Lisboa, Freguesia da Penha de França

Habilitações académicas e profissionais

12.º Ano de escolaridade
Frequência da Licenciatura de Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
1st Certificate Inglês/Cambridge School — 1980
6.º ano do curso de Francês/Cambridge School — 1980
Curso de inglês para Executive Secretaries/Cambridge School — 1982
Curso de aperfeiçoamento de técnicas do secretariado/COGIR — Consultores em Gestão Integrada de Recursos, Lda. — 1987
Curso de Etiqueta e Protocolo coordenado por Paula Bobone — 2009

Experiência Profissional

1982 — Administrativa na Sociedade de Advogados Assis de Almeida & Associados

1983/1987 — Secretária de Ronald Charles Wolf — Advogado e Consultor Jurídico Americano estabelecido em Portugal.

De 1987 até à presente data exerceu funções de Secretária de Administração na PwC (PricewaterhouseCoopers)

Frequentou vários seminários relacionados com temas de secretariado e de Contratação Pública.

1997 — Oradora no II Encontro Nacional das Secretárias Executivas ministrado pela MGI — Management Global Information

Fluente em Francês e Inglês e com conhecimentos de Espanhol e Italiano.

209299241

Despacho n.º 1837/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista para o meu gabinete o licenciado Hugo de Sousa Nunes, para exercer funções na área da assessoria das Tecnologias da Informação.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos de gabinete.

3 — O designado exerce funções até ao termo do meu mandato, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 22 de dezembro de 2015.

22 de janeiro de 2016. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

Nota curricular**Dados pessoais**

Nome: Hugo de Sousa Nunes

Data de nascimento: 15 de novembro de 1976

Naturalidade: Lisboa, Portugal

Formação académica

Licenciatura em Engenharia Informática e Computadores, Instituto Superior Técnico (2001)

Experiência profissional

Desde 2002 na área de administração pública da Accenture e assumindo a partir de 2010 as funções de Diretor de tecnologia.

Com experiência em programas de transformação de elevada complexidade e impacto significativo, coordenação de estudos estratégicos de sistemas e tecnologias de informação, reestruturação de processos e modelos organizativos de organizações de grande dimensão, definição e especificação de arquiteturas de sistemas de informação e coordenação de projetos e equipas multidisciplinares de desenvolvimento de sistemas aplicativos em variadas tecnologias e paradigmas tecnológicos.

Esta experiência foi adquirida por aplicação das competências desenvolvidas em iniciativas associadas aos setores da justiça, fundos comunitários, correios, saúde, finanças, segurança social e modernização administrativa em Portugal e Angola.

209299225

Despacho n.º 1838/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista para o meu gabinete a licenciada Margarida Sofia de Sousa Guerreiro de Almeida Matias, técnica superior do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP.

2 — A repartição dos encargos com a remuneração da designada é efetuada nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — A designada exerce funções até ao termo do meu mandato, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 21 de dezembro de 2015.

22 de janeiro de 2016. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

Nota curricular**Dados biográficos**

Nome: Margarida Sofia de Sousa Guerreiro de Almeida Matias

Data de nascimento: 13.08.1974

Formação académica

Pós -Graduada em Propriedade Industrial pela Faculdade de Direito de Lisboa (2002-2003)

Licenciada em Direito, pela Universidade Lusíada de Lisboa (1997)

Formação complementar

Auditadora de Qualidade, Ogimatech Portugal (2008)

Percurso profissional

Desde outubro de 2010, técnica superior no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI) a exercer funções na Direção de Relações Externas e Assuntos jurídicos, exercendo ainda a atividade de formadora e representação institucional em diversas reuniões nacionais e internacionais onde se destaca a participação como Delegada Portuguesa na Conferência Diplomática relativa à revisão do Acordo de Lisboa relativo às Denominações de Origem e Indicações Geográficas.

De outubro de 2009 a outubro de 2010, Assessora do Secretário de Estado da Justiça no XVIII Governo Constitucional, com responsabilidade no acompanhamento dos processos relacionados com as entidades e organismos tutelados, assim como, o processo legislativo. Participação em diversos grupos de trabalho.

De setembro de 2008 a outubro de 2009, Assessora do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça no XVII Governo Constitucional, com responsabilidade no acompanhamento dos processos relacionados com as entidades e organismos tutelados, assim como, o processo legislativo. Participação em diversos grupos de trabalho. Desempenhou ainda as funções de representante do Ministério da Justiça no Ano Europeu de luta contra a pobreza.

De outubro de 2005 a agosto de 2008, técnica superior no INPI, na Direção de Relações Internacionais. Neste âmbito, para além da emissão de pareceres de diversa natureza, foi responsável pelo acompanhamento dos *dossiers* internacionais e tratados internacionais relativos à Propriedade Industrial. Com particular destaque os relacionados com o Instituto de Harmonização do Mercado Interno e com a União Europeia, em particular, no decurso da Presidência Portuguesa do Conselho da UE. Exercendo ainda a atividade de formadora e representação institucional em diversas reuniões nacionais e internacionais. Colaborou ainda na elaboração de manuais de trabalho e de procedimentos, assim como, na revisão ao Código da Propriedade Industrial.

De abril de 2004 a outubro de 2005, Assessora do Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com a responsabilidade do acompanhamento jurídico dos pelouros dos Recursos Humanos, Desporto e Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

De março de 2001 a abril de 2004, técnica superior no INPI, no Departamento de Marcas com responsabilidade no exame de direitos privativos de Propriedade Industrial e elaboração de pareceres técnico-jurídicos. Exercendo ainda a atividade de formadora e representação institucional em diversas reuniões nacionais e internacionais.

De novembro de 2000 a março de 2001, consultora jurídica da Companhia AIDE, responsável pela área de gestão de sinistros patrimoniais.

De setembro de 1997 a março de 2000, Estágio de Advocacia no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

209299258

Despacho n.º 1839/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista para o meu gabinete o licenciado José Luís Loureiro de Vasconcelos Dias, consultor da Direção-Geral da Política de Justiça.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos de gabinete.

3 — O designado exerce funções até ao termo do meu mandato, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 21 de dezembro de 2015.

22 de janeiro de 2016. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.